

Editorial

O presente volume da revista centenária do Museu Nacional de Arqueologia, "O Arqueólogo Português", apresenta diversas alterações relativamente aos anteriores, que os leitores mais atentos não deixarão de apreender, mas nos parece também oportuno salientar e justificar, exercendo nesta tribuna um grato dever que decorre das funções directivas que vimos exercendo há cerca de oito anos.

Com efeito, quando em Outubro de 1996, por convite do Ministro da Cultura, sobre proposta da direcção do Instituto Português de Museus, tomámos inicialmente posse do lugar de Director do Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos tínhamos plena consciência da prioridade que deveríamos dar à edição de "O Arqueólogo Português". Nessa altura estava publicado o volume 6/7, referente aos anos de 1988/1989, e encontrava-se praticamente pronto para publicação o volume 8/10, referente aos anos de 1990/1992. Ou seja, registava-se um atraso de sete anos na regular publicação da revista.

Duas vias apareciam perante nós no sentido da superação deste estado de coisas: ou dar início a uma nova série da revista ou exercer um esforço suplementar de recuperação do atraso verificado, editando se necessário volumes maiores, duplos ou triplos, abarcando os correspondentes números de anos. A primeira opção seria certamente a mais tentadora e encontrava precedentes nas fases anteriores de existência da revista. Com efeito, todos os nossos ilustres antecessores que estiveram à frente do Museu por tempo suficiente para deixarem impressa na instituição a marca das suas opções, encontram-se associados a uma das anteriores séries de "O Arqueólogo Português": José Leite de Vasconcelos, à 1ª série; Manuel Heleno, à 2ª série; D. Fernando de Almeida, à 3ª série; e Francisco Alves, à 4ª série. Todos salientaram, aliás, nos editoriais com que deram início às referidas séries, os fundamentos conceptuais e as dificuldades práticas que os levavam a iniciar novas etapas na vida da revista, avultando entre estas últimas os atrasos de publicação que igualmente verificavam.

Pelo nosso lado, tínhamos também, já em 1996, algumas ideias quanto a alterações editoriais a introduzir em "O Arqueólogo Português". Mas optámos pela segunda via acima indicada, porque no nosso espírito pesou mais o princípio da continuidade relativamente à fase anterior revista, de que nos sentíamos também modestamente co-responsáveis, na qualidade de membros da equipa técnica do Museu e de participantes na coordenação de alguns dos volumes da série em curso de publicação. E fizemos da retoma e actualização do lançamento dos sucessivos números da revista uma questão crucial do nosso mandato directivo.

Publicados que foram os primeiros 20 números da 4ª série e atingida a total actualização da revista (o presente nº 21, referente ao ano de 2003, é publicado durante o primeiro semestre de 2004, e ainda no corrente ano esperamos vir a publicar o nº 22, referente a 2004), cumprido pois o objectivo primordial que nos propúnhamos em 1996, chegou em 2003 o momento oportuno de reflectirmos sobre as características de "O Arqueólogo Português", introduzindo as alterações que julgássemos adequadas, ao ponto de darmos eventualmente início a uma nova série da publicação, ditada já não pela conveniência de quaisquer acertos com atrasos passados, mas apenas pela adopção de novas perspectivas editoriais.

Mais uma vez resolvemos seguir uma nova metodologia nesta reflexão. Poderíamos, como aconteceu com os nossos ilustres antecessores, tê-la feito por nós próprios, eventualmente apenas com a consulta informal de alguns colegas, nos mundos da arqueologia e dos museus. Poderíamos também ter balizado *ab initio* o ímpeto do nosso desejo de mudança, estabelecendo o princípio do lançamento de uma nova série. Não procedemos contudo assim, em ambos os casos.

A nosso ver, não apenas "O Arqueólogo Português", como o próprio Museu Nacional de Arqueologia no seu todo, requerem, cada vez mais, a institucionalização de redes de contactos tanto com os organismos de tutela político-administrativa, como com as comunidades científicas em que nos inserimos, com especial relevo, como é óbvio, para a comunidade arqueológica. Neste sentido é-nos grato verificar como o Museu tem readquirido nos últimos anos um lugar central em diversos organismos consultivos, temporários ou permanentes, na área da arqueologia, dos museus e do património cultural, passando a constituir uma das instituições nacionais mais relevantes para a definição de políticas nesses domínios. A representação permanente, directa e por direito próprio, do Museu Nacional de Arqueologia no futuro Conselho de Museus, que decorrerá da Lei-quadro dos Museus, actualmente em debate na Assembleia da República, constituirá porventura a expressão mais acabada deste estatuto, que esforçadamente reivindicamos e tem constituído uma das mais porfiadas linhas de trabalho da nossa direcção. E não abandonámos ainda o desejo de, por alguma forma administrativa adequada, seja ela a da criação de um órgão consultivo do conjunto da arqueologia nacional (Conselho Superior de Arqueologia), seja a da criação de um órgão consultivo específico do Museu (um Conselho Científico, como alguns dos nossos colegas arqueólogos têm ocasionalmente defendido), ver igualmente reforçada e sedimentada a nossa relação institucional com os meios académicos, museológicos e associativos actuantes na nossa área disciplinar.

Este tipo de enfoque teria necessariamente de produzir consequências no plano de "O Arqueólogo Português", quando se colocasse a questão da reflexão

acerca do seu estatuto editorial. Assim, antes e para além de quaisquer ideias concretas que já possuíssemos, entendemos conveniente proceder à criação de um Conselho Editorial da revista, constituído por um conjunto de personalidades escolhidas a título estritamente pessoal, mas também, ainda que implicitamente, altamente representativas da nossa comunidade arqueológica, tanto em matéria de amplitude disciplinar, como de diversificação académica e institucional. Para nossa grande satisfação, todos os colegas convidados (Armando Coelho Silva, Jorge Alarcão, Nuno Bicho, Rosa Varela Gomes e Victor S. Gonçalves) aceitaram a nosso desafio e temos a agradecer-lhes penhoradamente por terem-no feito, no que tal duplamente representa de sacrifício das suas próprias actividades e de confiança no rumo que o Museu e a sua revista têm levado e podem vir a ter no futuro.

Foi já ao Conselho Editorial de "O Arqueólogo Português", assim constituído, que competiu, em conjunto connosco e com Ana Ávila de Melo, coordenadora da edição da revista (a quem igualmente agradecemos todo o empenho e meticoloso profissionalismo posto na mesma), a reflexão editorial que tem tradução no volume ora publicado e será continuada nos seguintes.

A ideia de base que resultou desta reflexão foi a da manutenção das características essenciais de "O Arqueólogo Português", tal como se encontram expressas na actual série. A tal ponto assim foi, que rapidamente se concluiu pela conveniência da continuidade desta 4ª série da revista, mantendo basicamente quer a imagem gráfica (formato, capa, mancha, etc.), quer os elevados padrões da sua exigência editorial, agora reforçados através da avaliação crítica dos originais entregues para publicação, que os membros do Conselho Editorial passarão assegurar, sempre que solicitados para o efeito pela direcção da revista.

A opção por uma linha editorial de marcada continuidade, não impediu, porém, a adopção de diversas inovações, de que o leitor se aperceberá com facilidade. Uma situam-se no estrito plano gráfico (capa, índices, figuras e quadros, primeiras páginas dos artigos, cabeçalhos e numeração de páginas, tipo de letra usado, etc.), mas outras atingem o plano editorial. Assim e no que se refere à organização interna da revista, ainda que não se chegue a estabelecer expressamente secções, procurar-se-á alinhar os artigos de acordo com as seguintes áreas temáticas: artigo de fundo, outros artigos, colecções Museológicas (com especial relevo para a publicação de colecções do Museu), notas breves, recensões bibliográficas, documentação histórica e actividades do Museu (neste âmbito procuraremos utilizar privilegiadamente as páginas de "O Arqueólogo Português" para a publicação de estudos e documentos inéditos sobre a história da instituição).

Uma referência especial é devida ao entendimento que damos ao conceito de "artigo de fundo" a inserir sempre que possível em cada número da revista.

Tratar-se-á de contributo preferencialmente de síntese, solicitado para o efeito, na condição de o respectivo autor, ou autores, aceitar colocá-lo à discussão por parte de um conjunto de especialistas convidados pela direcção da revista, podendo os autores, se o desejarem, redigir uma resposta final, depois de conhecerem os comentários realizados. Retoma-se assim uma prática já iniciada anteriormente nesta 4ª série da revista, mas entretanto abandonada, por motivos vários, entre os quais uma certa falta de maturidade da nossa comunidade arqueológica para a discussão franca e aberta de teses científicas, situação que se nos afigura hoje superada. Neste contexto, agradecemos a António Faustino de Carvalho ter aceite o nosso repto de redigir um artigo com as características indicadas, aliás incluído num projecto de doutoramento em curso, sujeitando-o depois a um debate que não somente o dignifica, como especialmente enriquece a nossa revista, nos propósitos editoriais indicados.

Adicionalmente à reorganização editorial da revista, tomámos também nesta data a decisão do relançamento da série monográfica “Suplementos a *O Arqueólogo Português*”, de periodicidade ocasional e de que antes tínhamos apenas publicado um volume dedicado ao “Epistolário do Doutor José Leite de Vasconcelos”. Dotada de novo grafismo, esta série será reservada à publicação de actas de reuniões científicas organizadas ou apoiadas pelo Museu, ou à edição de monografias, preferencialmente consagradas às nossas colecções ou onde as mesmas assumam um lugar de relevo.

Esperamos que as modificações acima sumariadas e outras que os leitores e os autores não deixarão de registar, designadamente no que se refere aos procedimentos de referência bibliográfica (NP 405 e seus sucessivos complementos) e cartográfica, em que seguimos rigorosamente o normativo legal português, possam contribuir para reforçar a já muito prestigiada imagem da nossa revista, que tivemos o prazer de ver recentemente admitida no directório e catálogo *Latindex* (<http://www.latindex.unam.mx>), base de dados internacional de publicações científicas, gerida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, precisamente por termos passado a cumprir os parâmetros de qualidade exigidos internacionalmente para o efeito.

E esperamos finalmente que a actual 4ª série de “*O Arqueólogo Português*”, a que reflectida e intencionalmente damos continuidade, atinja um número de volumes e uma regularidade de publicação tão notáveis como os da 1ª série, superando-a se possível, porque o futuro é uma longa estrada em aberto, que outros por nós hão-de prosseguir, com espírito porventura idêntico ao nosso, se aquilo que lhes legarmos merecer efectivamente ser continuado.

Luís Raposo

Director do Museu Nacional de Arqueologia